

ANUÁRIO

2024

SECRETARIA-GERAL
DAS COMISSÕES



SGC



ANUÁRIO 2024

SECRETARIA-GERAL
DAS COMISSÕES



SGC



Assembleia Legislativa da Bahia

20ª Legislatura (1º biênio)

Mesa Diretora

Presidência – Dep. Adolfo Menezes

Vice-Presidências – Dep. Zé Raimundo Fontes (1ª), Dep. Marquinho Viana (2ª),
Dep. Antonio Henrique Jr. (3ª) e Dep. Laerte do Vando (4ª)

Secretarias – Dep. Marcelinho Veiga (1ª), Dep. Samuel Junior (2ª),
Dep. Vitor Azevedo (3ª) e Dep. Zó (4ª)

Suplentes – Dep. Maria del Carmen, Dep. Soane Galvão,
Dep. Cláudia Oliveira, Dep. Robinho e Dep. Jurailton Santos

Superintendente de Assuntos Parlamentares – Bira Corôa

Superintendente de Administração e Finanças – Robson Souza

Superintendente de Recursos Humanos – Francisco Raposo

Diretoria Parlamentar – Geraldo Mascarenhas

Diretoria Administrativa – Julio Eloy Neto

Secretaria-Geral das Comissões (SGC)

Secretário-Geral – Jorge Araújo

Integrantes – Andreia Cruz, Beatriz Cerqueira, Bruna Santana, Carinina Dourado, Daniela Americano, Davi Souza, Elbani Oliveira, Fernando do Carmo, Fernando Júnior, Gabriel Bastos, Gabriel Côrtes, Iara Loureiro, Igor Lopes, José Jorge Lopes, José Santiago, Jucimar Santos, Luciano Gouveia, Mara Oliveira, Nancy Lima Pinto, Nilda Santana, Raiana Pacheco, Reinofy Duarte, Tânia de Cássia Batista, Tânia Marize Bispo e Valéria Simões

Ficha Técnica

Textos - Fernando Júnior e Jucimar Santos

Revisão - Fernando Júnior e Jucimar Santos

Colaboração - Reinofy Duarte

Projeto Gráfico - Sérgio Barbosa

Diagramação – Sérgio Barbosa e Jucimar Santos

Ilustrações – Coordenação de Serviços Gráficos

Fotografias - Agência ALBA (Carlos Amilton,
Juliana Andrade, Neuza Menezes e Paulo Mocofaya) e Sandra Travassos

Edição geral - Jucimar Santos

Supervisão - Jorge Araújo

Agradecimentos

Coordenação de Serviços Gráficos, Superintendência de Assuntos Parlamentares, Superintendência de Administração e Finanças, Superintendência de Recursos Humanos, Diretoria Administrativa, Alexsandro Mateus de Jesus dos Santos (Tartaruga) e Ascom

SUMÁRIO

PALAVRA DO SECRETÁRIO	06
A SECRETARIA-GERAL DAS COMISSÕES	08
RELAÇÃO DE TÍTULOS DE UTILIDADE PÚBLICA	11
COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES	12
AS COMISSÕES	14
CAPR Comissão de Agricultura e Política Rural	16
CCJ Comissão de Constituição e Justiça	18
CDC Comissão de Defesa do Consumidor	20



CDHSP Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública	21
CDM Comissão dos Direitos da Mulher	24
CECCTSP Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público	25
CEDPL Comissão Especial de Desporto, Paradesporto e Lazer	28
CFOFC Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle	30
CIDET Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo	32
CSS Comissão de Saúde e Saneamento	34
GALERIA DE FOTOS	36



PALAVRA DO SECRETÁRIO



JORGE ARAÚJO

Secretário-geral das Comissões

Professor do município de Camaçari, foi assessor do deputado federal Walter Pinheiro, assessor de política sindical da CUT/Brasil, chefe de gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Camaçari, chefe de gabinete do deputado estadual Bira Corôa e assessor da Superintendência de Assuntos Parlamentares da ALBA.

Quando o ex-deputado Bira Corôa assumiu a Superintendência de Assuntos Parlamentares (SAP), no início de 2024, tive a honra de ser convidado para substituí-lo na Secretaria-Geral das Comissões (SGC), esse setor que é fundamental para o funcionamento pleno da Assembleia Legislativa da Bahia.

Destaco que o desenvolvimento das atividades das comissões temáticas da ALBA em 2024 acompanhou a dinâmica do processo político que tivemos no período. A importância das eleições municipais cresce continuamente ao longo do ano e exige uma dedicação na mesma proporção dos parlamentares do estado. Mesmo assim, o volume de trabalho em alguns colegiados foi similar ao ano anterior.

Com o nível de organização e planejamento que o setor alcançou nos últimos anos, foi possível realizar com êxito todas as atividades programadas pelas comissões, principalmente as reuniões e audiências públicas.

Em relação ao gerenciamento interno da SGC, avançamos na ampliação do número de servidores, conseguindo, depois de mais de 15 anos, ter o quadro completo para atender a todas as demandas. Ampliamos o processo de democratização, com participação ativa de todos os integrantes na organização e nas decisões da secretaria. Promovemos a qualificação dos servidores, para que pudessem ser instrutores na Escola do Legislativo, visando atender às necessidades dos gabinetes, em especial às dos assessores parlamentares.

Como resultado, tivemos os cursos sobre elaboração do processo para a concessão do Título de Utilidade Pública e revalidação desse título; oficinas para elaboração de atas, relatórios e anuários, capacitação para elaboração de discurso político etc.

Colaboramos também com o curso e a palestra sobre emendas parlamentares, para esclarecer possíveis dúvidas e dificuldades no preenchimento do formulário eletrônico nos gabinetes.

Ajudamos a efetivar, junto com a Escola do Legislativo, o programa de visita de estudantes de cursos de Direito para acompanhar as sessões da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), possibilitando o conhecimento de forma prática do processo da criação de leis.

Em relação à estrutura física das salas das comissões, realizamos a recuperação das fotos dos ex-deputados que batizam cada espaço e colocamos seus respectivos nomes em destaque. Instalamos portas de vidro nas cabines de sonorização, para facilitar a visualização do operador e o atendimento aos parlamentares. Colocamos sinalização horizontal nas rampas de acesso, para a prevenção de acidentes.

Adotamos a ginástica laboral para contribuir com a melhoria do bem-estar dos servidores. Criamos, em parceria com a Escola do Legislativo, o Clube do Livro e o Cine ALBA, e apoiamos o Clube do Xadrez, atividades culturais que acontecem no horário de almoço.

Cumprindo determinação do presidente Adolfo Menezes, colaboramos ativamente na ampliação da transparência da Casa, processo que culminou com importante prêmio no Congresso da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale).

Finalizo registrando o comprometimento, a dedicação e o apoio do nosso grupo de trabalho para obtermos os resultados alcançados. Agradeço a toda a equipe da Escola do Legislativo pela parceria. Registro também o apoio do presidente Adolfo Menezes, dos superintendentes Bira Corôa, Francisco Raposo, Robson Coutinho e suas respectivas equipes de trabalho, porque sem eles não chegaríamos aos nossos objetivos.

Faremos de tudo para que em 2025 os resultados sejam ainda melhores!

Boa leitura!





A SECRETARIA - GERAL DAS COMISSÕES

Para que as comissões temáticas funcionem de maneira plena e efetiva, sejam elas permanentes ou especiais, a Secretaria-Geral das Comissões (SGC) coloca em campo a sua seleção de servidores, que está preparada para atuar de maneira organizada e planejada, sob o comando do “técnico” da equipe, o secretário-geral.

A turma agenda as reuniões ordinárias semanais, prepara as salas, articula o meio de campo com a TV ALBA, Ascom e a equipe de sonorização, faz ajustes com assessores parlamentares, confere o quórum regimental para o início da reunião, presta orientações aos presidentes dos colegiados, registra as informações para a produção da ata da reunião... Ufa!!!

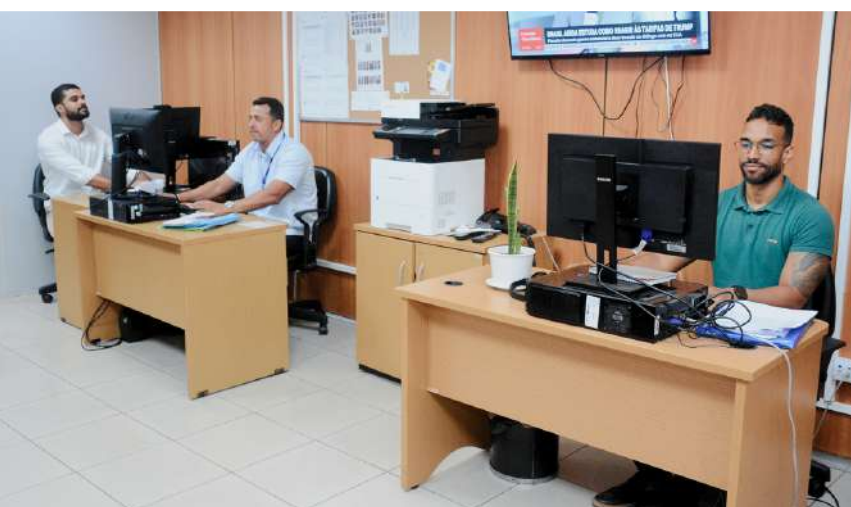
Mas não é só isso. Quando as comissões realizam audiências públicas, é necessário fazer articulações também com o Cerimonial da Casa, a Assistência Militar, a imprensa etc. E a SGC produz um relatório, contendo a síntese dos pronunciamentos, os encaminhamentos, a galeria de fotos, o link para o vídeo no canal da TV ALBA no YouTube e outras informações sobre o encontro.



ATIVIDADES DA SGC



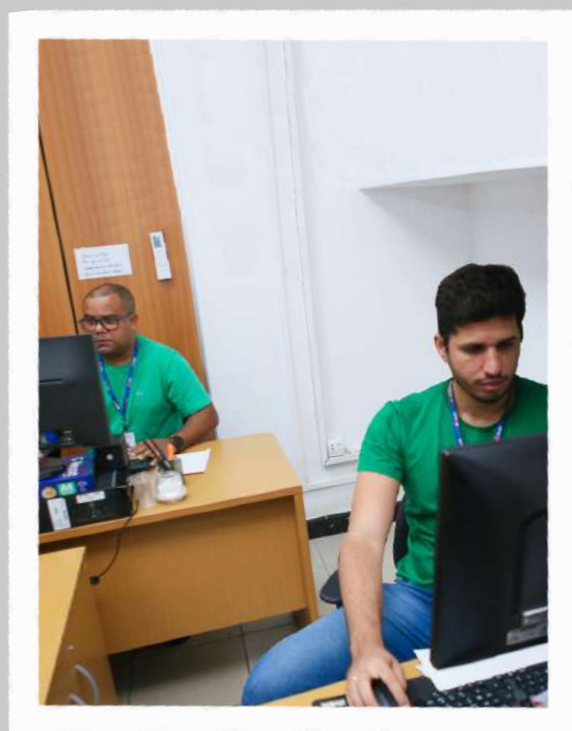
A rotina produtiva da SGC é efetuada em ambiente amigável e ordenado. Mas os servidores da SGC costumam atuar também fora das dependências da ALBA. Quando um dos colegiados aprova uma atividade externa, como audiência pública itinerante ou visita técnica a algum órgão público, por exemplo, um representante da SGC acompanha o grupo de parlamentares e faz os devidos registros.



Além das reuniões e audiências públicas, a equipe da SGC acompanha a tramitação das matérias legislativas, principalmente os projetos de lei. Isso acontece tanto para a votação no âmbito das comissões quanto para a votação em Plenário.

Os encaminhamentos são feitos de forma digital, utilizando o Sistema de Processamentos Legislativos (Proclegis). A partir do registro no sistema, é possível fazer o levantamento de informações sobre qualquer proposição que esteja em trâmite na Casa, de forma célere e segura.

Lembrando que as matérias legislativas precisam passar pelo crivo das comissões, respeitando-se os devidos prazos legais, salvo em caso de dispensa de formalidade aprovada pelos parlamentares em Plenário.



A SGC conta em seu quadro com servidores da área de Tecnologia da Informação (acima), que auxiliam os colegas com os sistemas e aplicativos utilizados no setor, organizam e padronizam digitalmente o material produzido, fazem manutenção dos equipamentos das salas das comissões, auxiliam os parlamentares durante as reuniões ordinárias, entre outras coisas.



A equipe da Revisão (acima) finaliza o material produzido pelos secretários de cada colegiado. A turma está sempre atenta para não deixar passar nenhum erro. Em outra sala (fotos ao lado), a dinâmica não para: os servidores cuidam do funcionamento das comissões, do andamento das matérias legislativas e da documentação do Título de Utilidade Pública, entre outras coisas.

Entre os documentos exigidos, estão a ata de fundação da instituição requerente registrada em cartório, atas da eleição e posse da diretoria vigente, cadastro de personalidade jurídica (CGC/MF) e outros. Toda essa documentação é checada pela equipe da SGC. Caso haja alguma inconsistência, o gabinete do deputado autor do projeto de lei é informado, para que sejam feitas as devidas correções ou complementações.

Com o Título de Utilidade Pública, a pessoa jurídica é reconhecida como uma instituição sem fins lucrativos e prestadora de serviços para a sociedade. Com isso, é possível celebrar convênios com o Poder Público, participar de editais etc. O prazo de vigência do título é de dez anos, podendo haver a revalidação, que ocorre em processo também acompanhado pela SGC.

Outra atribuição da SGC é a conferência da documentação exigida para a obtenção do Título de Utilidade Pública, requerido por instituições de diversas naturezas, além do acompanhamento do trâmite processual do respectivo projeto de lei, até sua aprovação em Plenário e publicação no Diário Oficial.



CAPACITAÇÃO

Utilidade Pública

Em março de 2024, a SGC firmou parceria com a Escola do Legislativo e ofereceu o curso “Reconhecimento e Revalidação da Utilidade Pública”, para servidores e assessores parlamentares. No encontro, o instrutor Gabriel Côrtes (de branco) abordou o conceito da Lei nº 6.670/1984, a tramitação dos processos e os aspectos legais da titulação.

RELAÇÃO DE TÍTULOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projetos de Lei para Título de Utilidade Pública aprovados em 2024

Projeto de Lei	Instituição	Município
14.701/2024	Associação Esportiva Fenômenos (Aefen)	Salvador
14.702/2024	Associação dos Pequenos Produtores do Ribeirão do Ronca (Aspron)	Buerarema
14.703/2024	Instituto Social de Assistência Comunitária Mão Amiga (Isacma)	Malhada
14.705/2024	Associação de Protetores e Animais de Salvador	Salvador
14.707/2024	Associação da Escolinha de Futebol Mãos Corajosas	Buerarema
14.708/2024	Associação Evangelista Beneficente de Caldeirão Grande (AEB CG)	Caldeirão Grande
14.709/2024	Associação Artesãs Filhas do Vento	Brotas de Macaúbas
14.710/2024	Cons. Fed. da Infância e Proteção a Criança e Adolescente (Confipac-A)	Salvador
14.711/2024	Centro Espírita Jorge Olímpio	Salvador
14.712/2024	Instituto Zero	Baixa Grande
14.713/2024	Assoc. de Pais e Amigos dos Excepcionais de Riachão de Jacuípe (Apae)	Riachão de Jacuípe
14.752/2024	Associação de Moradores Alamedas do Quati – Portal das Orquídeas	Itamaraju
14.715/2024	Instituto Cultural Alvorada Bahia	Salvador
14.718/2024	Instituto de Neurociência da Bahia (INB)	Salvador
14.719/2024	Assoc. Sociocultural e Desp. de Capoeira Raça Negra da Bahia (Accarna)	Salvador
14.720/2024	Associação Infrades de Assistência Social	Camaçari
14.721/2024	Instituto de Desenvolvimento Humano e Ação Comunitária (Idac)	Vitória da Conquista
14.722/2024	Associação do Projeto de Assentamento Buíque	Buerarema
14.723/2024	Assoc. Benef. de Assistência e Proteção ao Cidadão Jacuipense (Abapcj)	Riachão de Jacuipe
14.716/2024	Associação Florescer	Feira de Santana
14.717/2024	Lar Santa Maria	Itiúba
14.737/2024	Cooperativa Catarinense Agroindustrial da Barra (Cooperbarra)	Barra
14.739/2024	Casa de Repouso Santo Antônio (Clinprev)	Inhambupe
14.740/2024	Associação Comunitária Golfinho	Mucuri
14.743/2024	Assoc. Mutuipense de Pais e Amigos de Crianças Especiais (Ampace)	Mutuípe
14.744/2024	Assoc. Religiosa Cultural e Benef. Ilê Asé Opó Oyá Sojú (Arcos)	Lauro de Freitas
14.745/2024	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maragogipe (Apae)	Maragogipe
14.746/2024	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Una (Apae)	Una
14.747/2024	Casa de Acolhim. ao Paciente Oncológico do Sudoeste da Bahia (Capos)	Salvador
14.748/2024	Organização Social Hora da Criança (OSHC)	Salvador
14.749/2024	Instituto Social Ana Maria Santos (Instituto Mãezona)	Camaçari
14.750/2024	Associação Teatral Cultural Renascer (Astecre)	Feira de Santana
14.751/2024	Associação Desportiva Fênix Lendários	Feira de Santana
14.752/2024	Associação dos Moradores do Aracruz (Ama)	Salvador
14.753/2024	Associação dos Produtores Agricultores de Cachimbo e Adjacências	Pindobaçu
14.754/2024	Associação Mares de Judô	Eunápolis
14.755/2024	Assoc. para o Desenvolvimento Integrado Social e Sustentável (ADISS)	Camaçari
14.738/2024	Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop)	Salvador
14.749/2024	Assoc. dos Trab. Desempregados de Salinas das Margaridas (ATDSM)	Salinas das Margaridas
14.776/2024	Associação Beneficente Casa de Betânia (Asbecabe)	Ipirá
14.777/2024	Federação Baiana de Desportos dos Surdos (FBDS)	Salvador
14.778/2024	Associação Tempo de Crescer	Ubaíra
14.779/2024	Associação Servos de Kadosh	Dias d'Ávila
14.780/2024	Associação Comunitária de Antônio Gonçalves (ACAN)	Antônio Gonçalves
14.742/2024	Assoc. Benef. e Instituto Educacional Kairós (ABIEK)	Salvador

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

TITULARES

Eduardo Salles (PP) – Presidente
Pedro Tavares (União) – Vice-Presidente
Bobô (PCdoB)
Cláudia Oliveira (PSD)
Eures Ribeiro (PSD)
Marcinho Oliveira (União)
Penalva (PDT)
Raimundinho da JR (PL)

SUPLENTE

Kátia Oliveira (União)
Radiovaldo Costa (PT)
Robinson Almeida (PT)
Tiago Correia (PSDB)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, SECA E RECURSOS HÍDRICOS

TITULARES

Leandro de Jesus (PL) – Presidente
Matheus Ferreira (MDB) – Vice-Presidente
Cafu Barreto (PSD)
José de Arimateia (Republicanos)
Marcelino Galo (PT)
Marcinho Oliveira (União)
Maria del Carmen (PT)
Roberto Carlos (PV)

SUPLENTE

Fátima Nunes (PT)
Ivana Bastos (PSD)
Rosemberg Pinto (PT)
Zó (PCdoB)

COMISSÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO

TITULARES

Alex da Piatã (PSD) – Presidente
José de Arimateia (Republicanos) – Vice
Eduardo Alencar (PSD)
Dra. Fabíola Mansur (PSB)
Hassan (PP)
Jordavio Ramos (PSDB)
Luciano Araújo (Solidariedade)
Ludmilla Fiscina (PV)

SUPLENTE

Alan Sanches (União)
Júnior Muniz (PT)
Ricardo Rodrigues (PSD)
Vitor Bonfim (PV)

COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER

TITULARES

Soane Galvão (PSB) – Presidente
Kátia Oliveira (União) – Vice-Presidente
Cláudia Oliveira (PSD)
Fátima Nunes (PT)
Ivana Bastos (PSD)
Ludmilla Fiscina (PV)
Olívia Santana (PCdoB)

SUPLENTE

Dra. Fabíola Mansur (PSB)
Rosemberg Pinto (PT)
Tiago Correia (PSDB)

COMISSÃO ESPECIAL DE DESPORTO, PARADESPORTO E LAZER

TITULARES

Bobô (PCdoB) – Presidente
Dr. Diego Castro (PL) – Vice-Presidente
Antonio Henrique Jr. (PP)
Fabrício Falcão (PCdoB)
Fátima Nunes (PT)
Matheus Ferreira (MDB)
Pancadinha (Solidariedade)
Roberto Carlos (PV)

SUPLENTE

Alan Sanches (União)
Robinson Almeida (PT)
Tiago Correia (PSDB)



COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

TITULARES

Manuel Rocha (União) – Presidente
Ricardo Rodrigues (PSD) – Vice-Presidente
Fátima Nunes (PT)
Hassan (PP)
Luciano Araújo (Solidariedade)
Marquinho Viana (PV)
Pedro Tavares (União)
Tiago Correia (PSDB)

SUPLENTES

Eduardo Salles (PP)
Jordavio Ramos (PSDB)
Laerte do Vando (PSC)
Sandro Régis (União)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Robinson Almeida (PT) – Presidente
Júnior Nascimento (União) – Vice-Presidente
Alan Sanches (União)
Euclides Fernandes (PT)
Felipe Duarte (PP)
Ivana Bastos (PSD)
Matheus Ferreira (MDB)
Vitor Bonfim (PV)

SUPLENTES

Dra. Fabíola Mansur (PSB)
Jurailton Santos (Republicanos)
Tiago Correia (PSDB)
Zé Raimundo Fontes (PT)

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E RELAÇÕES DE TRABALHO

TITULARES

Júnior Muniz (PT) – Presidente
Tiago Correia (PSDB) – Vice-Presidente
Dr. Diego Castro (PL)
Euclides Fernandes (PT)
Fabrício Falcão (PCdoB)
Laerte do Vando (Podemos)
Niltinho (PP)
Pedro Tavares (União)

SUPLENTES

Antonio Henrique Jr. (PP)
Eduardo Alencar (PSD)
Fátima Nunes (PT)
Roberto Carlos (PV)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA

TITULARES

Pablo Roberto (PSDB) – Presidente
Dr. Diego Castro (PL) – Vice-Presidente
Hilton Coelho (Psol)
Ludmilla Fiscina (PV)
Olívia Santana (PCdoB)
Radiovaldo Costa (PT)
Robinson Almeida (PT)
Vitor Azevedo (PL)

SUPLENTES

Jurailton Santos (Republicanos)
Laerte do Vando (PSC)
Rosemberg Pinto (PT)
Samuel Junior (Republicanos)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E SERVIÇO PÚBLICO

TITULARES

Olívia Santana (PCdoB) – Presidente
Penalva (PDT) – Vice-Presidente
Dra. Fabíola Mansur (PSB)
Hilton Coelho (Psol)
Jurailton Santos (Republicanos)
Robinson Almeida (PT)
Rosemberg Pinto (PT)
Soane Galvão (PSB)

SUPLENTES

Felipe Duarte (PP)
Pancadinha (Solidariedade)
Sandro Régis (União)
Zé Raimundo Fontes (PT)

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

TITULARES

Vitor Bonfim (PV) – Presidente
Tiago Correia (PSDB) – Vice-Presidente
Angelo Coronel Filho (PSD)
Bobô (PCdoB)
Hassan (PP)
Robinho (União)
Zé Raimundo Fontes (PT)

SUPLENTES

Euclides Fernandes (PT)
Penalva (PDT)
Roberto Carlos (PV)
Samuel Junior (Republicanos)



AS COMISSÕES

Você sabia que cada matéria colocada em votação no Plenário da Casa (projeto de lei, projeto de emenda constitucional etc.) precisa passar antes pelo crivo das comissões que tenham competência sobre o tema abordado? No caso da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), todas as proposições passam prioritariamente por ela. Caso a matéria seja considerada inconstitucional, o texto é arquivado, sem passar pelas demais comissões pertinentes.

Mesmo quando a matéria tramita em regime de urgência, com a dispensa de formalidade devidamente aprovada, ela precisa ser votada no âmbito das comissões. O relator da matéria pode emitir o parecer de forma oral no Plenário. Só por essas atribuições, já podemos perceber a importância das comissões dentro do processo legislativo. Mas existem muitas outras responsabilidades que são prerrogativas dos integrantes das comissões.

O colegiado não se limita à aprovação ou rejeição de uma matéria. Os parlamentares podem sugerir alterações no texto, através de emendas, durante as discussões realizadas nas reuniões. Essas emendas serão votadas à parte.

Os integrantes das comissões podem também sugerir que gestores da administração direta ou indireta do Poder Executivo estadual sejam convidados para discutir assuntos relacionados à sua área ou esclarecer alguma situação específica.

As reuniões de cada colegiado são programadas para acontecer semanalmente, em horário e local preestabelecidos, e dependem de quórum para serem iniciadas.

Os parlamentares podem também programar visitas técnicas para conhecer mais profundamente alguma instituição que esteja como tema das discussões, como escolas, hospitais, barragens, unidades prisionais ou psiquiátricas etc. Ou até mesmo agendar visita a gestores das secretarias estaduais, organizar audiências públicas em outros municípios e participar de eventos relacionados à comissão.

Confira nas próximas páginas as principais atividades realizadas em cada colegiado no ano de 2024! Para mais informações, acesse o site www.alba.ba.gov.br!



No dia 6 de setembro, a Mesa Diretora oficializou a instalação da Comissão Especial de Promoção da Igualdade. A iniciativa foi da deputada Lucinha do MST (PT), que assumiu temporariamente a vaga parlamentar no lugar de Maria del Carmen (PT), que se licenciou por seis meses (Na foto, a cerimônia de posse).



O objetivo da comissão é impulsionar o debate e promover a construção de políticas públicas voltadas para as comunidades negras, indígenas, quilombolas, LGBT+, ciganas etc. A composição inicial contou com Lucinha do MST (PT), como presidente, José de Arimateia (Republicanos), vice-presidente, Fátima Nunes (PT), Jurailton Santos (Republicanos), Olívia Santana (PCdoB), Radiovaldo Costa (PT), Robinson Almeida (PT), Rosenberg Pinto (PT), como titulares, e Samuel Junior (Republicanos), como suplente.



COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL



O trabalho na Comissão de Agricultura e Política Rural da ALBA busca resolutividade em questões que afligem sobretudo o campo. As atividades vão além do debate e envolvem os agentes que compõem o segmento rural, em todas as suas extensões.

Sob a presidência do deputado Manuel Rocha (União), o colegiado realizou em 2024 oito reuniões ordinárias e três audiências públicas. Uma das marcas da comissão nessa legislatura é a articulação com outras, principalmente a de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.



Também é marca registrada a ida da comissão aos municípios do interior da Bahia, através de sessões e audiências públicas itinerantes ou de participação em eventos e visitas a propriedades rurais produtivas. Entre as pautas principais estão a difusão de novas tecnologias e assistências técnicas do setor, o fomento e fortalecimento de diversas cadeias produtivas etc.

ENCHENTE DO RIO VAZA-BARRIS

A comissão realizou uma discussão no dia 16 de abril sobre as consequências da cheia no Rio Vaza-Barris, que ocasionou o sangramento do Açude Cocorobó, considerado o maior manancial da região que engloba os municípios de Canudos e Jeremoabo. Após o sangradouro, houve uma devastação jamais vista em Canudos. Diversos segmentos agrícolas foram atingidos, sobretudo o da produção de bananas.



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A CRISE NA PRODUÇÃO DE SISAL NA BAHIA

4 de junho de 2024

PROPOSTA: Luciano Araújo (Solidariedade)

No evento, os integrantes da Comissão de Agricultura e Política Rural (CAPR) promoveram o debate que abordou, entre outras coisas, o reconhecimento da profissão de sisaleiro, incluindo sua regulamentação, com cadastro profissional específico e obrigatoriedade da carteira de trabalho assinada. Os participantes também abordaram a redução do ICMS para a atividade e a disponibilização de linha de crédito pelo Desenbahia para os produtores, melhorando a competitividade do produto.

Essa valorização do sisaleiro enfrenta desafios, como o de manter a atividade, uma vez que há riscos de desemprego e queda na produção. Vale lembrar que, em 2023, a comissão já havia debatido o tema, mostrando a necessidade de a categoria buscar apoio junto aos governos estadual e federal para a aquisição de máquinas, galpões de estocagem e equipamentos de proteção que garantam a segurança do trabalhador, eliminando riscos de acidente durante o processo de colheita, que até hoje é feita manualmente.

A audiência pública mostrou que o sisal foi introduzido na Bahia em 1910, em Santaluz, passando a ser explorado comercialmente nos anos 1930. O produto adaptou-se bem às condições do semiárido, e atualmente é usado como matéria-prima – fibra bruta ou manufaturada – na indústria têxtil, produção de cosméticos, artesanato, tapetes, bolsas e alimentação animal, sendo a salvação da população dessa região no período de seca. A atividade envolve 70 municípios e gera emprego e renda para cerca de 700 mil pessoas.



LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS

No dia 26 de março, a comissão discutiu a quebra do monopólio de São Paulo na reciclagem de embalagens utilizadas em defensivos agrícolas. O colegiado integra a luta para permitir que a Bahia seja incluída na logística reversa desses vasilhames, em especial a Região Oeste, responsável por 80% dos recipientes do estado.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



A Comissão de Constituição e Justiça pode ser considerada o carro-chefe, dentre todas as comissões. É dela a responsabilidade de analisar todas as matérias que tramitam na Casa, para verificar se atendem aos critérios constitucionais, se são legais e se possuem a redação legislativa adequada. Sob a presidência inicial da deputada Maria del Carmen (PT) e posteriormente do deputado Robinson Almeida (PT), a CCJ apreciou em 2024 mais de 390 proposições.



SABATINA PARA VAGA NO TCM

A CCJ realizou no dia 5 de março a sabatina com os dois candidatos à vaga de conselheiro no Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), por conta da aposentadoria compulsória de Fernando Vita. A disputa foi acirrada entre o ex-presidente da Casa Marcelo Nilo e o então deputado estadual Paulo Rangel (azul claro), que saiu vencedor na eleição realizada logo depois no Plenário. Essa é uma das importantes atribuições desta comissão.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



POLÍTICA ESTADUAL DE CUIDADOS

No dia 13 de novembro, a CCJ realizou uma audiência pública para discutir as relações na provisão de “cuidados”, com o objetivo de garantir os direitos tanto de quem cuida quanto de quem é cuidado. Na ocasião, foi analisado pelos participantes do encontro o Projeto de Lei nº 2.762/2024, do governo federal, que institui a Política Nacional de Cuidados, com apresentação de propostas para a criação de um plano estadual sobre o assunto.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

10 de dezembro de 2024

PROPOSTA: Dra. Fabíola Mansur (PSB)

A audiência pública para tratar da violência política de gênero foi uma atividade conjunta com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Procuradoria Especial da Mulher (PEM), que comemorava um ano de funcionamento na Casa. Na oportunidade, foi analisado como a violência contra a mulher está presente em vários segmentos da sociedade, incluindo o ambiente doméstico ou de trabalho e também a atividade política-partidária.



Foi enfatizado que as mulheres enfrentam violência física e psicológica durante o processo eleitoral e que existe uma sub-representação feminina na política, por conta do preconceito e do machismo estrutural. Também foram citados dados preocupantes sobre a falta de vereadoras em muitos municípios e abordada a violência política enfrentada por prefeitas e vice-prefeitas.

Destacou-se a importância da articulação e mobilização para mudar esse quadro, com menção à criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) pela SPM, para monitorar a violência política de gênero, envolvendo várias secretarias do governo do estado. Enfatizou-se também a necessidade de políticas públicas e defesa de direitos para se alcançar a igualdade de gênero.



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E RELAÇÕES DE TRABALHO



Sob a presidência do deputado Júnior Muniz (PT), a Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho realizou seis reuniões ordinárias em 2024, votando pareceres de projetos de lei e abordando temas como fornecimento de energia pela empresa Neoenergia Coelba, abastecimento de água pela Embasa, cancelamento de voos em aeroportos de diversos municípios da Bahia e aumentos abusivos de mensalidades escolares.



BOAS PRÁTICAS EM RH

Diante dos inúmeras casos de afastamentos, assédios, Síndrome de Burnout, desmotivação e outras ocorrências no ambiente de trabalho, os desafios da gestão de Recursos Humanos na sociedade atual tornam-se ainda maiores. Para discutir o assunto, a comissão reuniu, no dia 29 de maio, vários especialistas em gestão de RH, liderança e clima organizacional.





COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA

A Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública é uma das mais procuradas pelas pessoas menos favorecidas, seja individualmente ou de forma coletiva. As pautas são as mais variadas e o trabalho é intenso. Sob a presidência do deputado Pablo Roberto (PSDB), a comissão realizou duas reuniões ordinárias e onze audiências públicas.

Entre os temas abordados, destaque para o programa “Bahia Pela Paz”, a importância da Defensoria Pública na defesa dos Direitos Humanos, os problemas gerados pela verticalização urbanística da capital baiana, os impactos na população do Subúrbio de Salvador pela implementação do VLT, a importância dos recursos hídricos do Oeste da Bahia, a importância da ciência papiloscópica e da identificação civil, o papel do Ministério Público na implementação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) e a supressão de direitos dos povos tradicionais na Península de Maraú, por conta da especulação imobiliária.



Os debates nas reuniões ordinárias da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública costumam ser acalorados. Os integrantes recebem com frequência denúncias de crimes contra os cidadãos e também contra a própria cidadania. As questões são complexas, pois os problemas podem estar associados inclusive ao poder público.



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

SAÚDE E RACISMO AMBIENTAL NA ILHA DE MARÉ

4 de junho de 2024

PROPOSTA: Hilton Coelho (Psol)

A audiência pública organizada pela Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública colocou em relevo o debate sobre uma modalidade de racismo bastante específica: o racismo ambiental. Os participantes do evento mostraram que moradores da Ilha de Maré sofrem violações de direitos por conta dos despejos do lixo industrial dos portos instalados na região do Centro Industrial de Aratu e da Refinaria de Mataripe, além de outros crimes ambientais. A região abriga comunidades tradicionais, ameaçadas pelas denúncias que fazem.

Foi destacado que a exposição das pessoas ao aterro de lixo tóxico gera implicações graves de



contaminação e problemas de saúde, como câncer, incidência de feridas em pescadores, concentração de chumbo nos cabelos, especialmente das crianças, além de um elevado índice de depressão e suicídio da população local.

Pesquisadores apresentaram resultados de pesquisas que mostram a presença de elementos tóxicos na biodiversidade dos manguezais. Entre os encaminhamentos apresentados, destacam-se pedido de proteção aos líderes comunitários, aumento da fiscalização dos procedimentos industriais e reavaliação de licenças ambientais.



INVASÕES DE TERRA

No dia 14 de maio, a comissão discutiu em audiência pública a questão das invasões de terra no Sul da Bahia, sob o viés da violação de direitos humanos por parte dos indígenas que teriam ocupado as terras dos produtores rurais. Os agricultores presentes relataram pânico vivido durante as ocupações de suas propriedades e registraram a necessidade de ter de deixar as terras para garantir a própria segurança e também a da família.

O deputado Dr. Diego Castro (PL), proponente da audiência pública, destacou a importância do agronegócio para a economia da Bahia e defendeu que o setor foi fundamental para estimular o desenvolvimento do estado, principalmente no período da pandemia da Covid-19, quando garantiu o alimento na mesa da população.

O parlamentar afirmou que os produtores rurais foram vítimas de violações de direitos humanos, principalmente do direito à propriedade.



Os participantes ressaltaram que as invasões de terra comprometem a produtividade do setor agrícola e são consideradas crime pelo Código Penal brasileiro, com penas que podem chegar até a três anos de prisão para os infratores. Como prova das denúncias, apresentaram fotos e vídeos dos locais que teriam sido invadidos.

JUVENTUDE NEGRA

Ocorrida no dia 28 de maio, a audiência pública “Juventudes Negras e Segurança Pública: outros caminhos possíveis” apresentou um amplo debate sobre a vulnerabilidade da população negra, em especial a faixa ocupada pelos jovens, ante uma política de segurança pública que ajudaria a promover o racismo estrutural.

Vários participantes defenderam a ideia de que os jovens negros das periferias estão sujeitos a se tornarem vítimas de morte violenta, tanto pelas mãos da criminalidade quanto pelo aparato governamental, que, a princípio, estaria configurado para combater essa mesma criminalidade. A palavra genocídio foi pronunciada por diversas vezes ao longo do encontro, para representar o número de jovens negros assassinados.



Esse número seria superior ao de muitas guerras que ocorrem na atualidade em outros países. O programa “Bahia pela Paz”, do governo do estado, foi criticado pelos participantes, por não apresentar mecanismos de participação direta da sociedade civil.



COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER



As mulheres estão permanentemente em luta para garantir seu espaço nos diversos segmentos da sociedade. As parlamentares da ALBA também vestem essa camisa e tentam reverter condições adversas provocadas principalmente pelo machismo estrutural. As pautas levantadas abrangem assuntos como violência e criminalidade contra a mulher, mercado de trabalho, saúde, capacitação e políticas públicas. Sob a presidência da deputada Soane Galvão (PSB), a comissão realizou em 2024 quatro reuniões ordinárias e uma audiência pública.



MAIO FURTA-COR

No dia 29 de maio, a Comissão dos Direitos da Mulher colocou em destaque a campanha Maio Furta-Cor, que visa sensibilizar a sociedade sobre a importância da saúde mental materna, afetada especialmente pela depressão pós-parto. Cerca de 20% das mulheres têm problemas mentais decorrentes desse período da maternidade. Outro fator de impacto é o uso de drogas e álcool durante o período da gravidez.





COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E SERVIÇO PÚBLICO



O ano de 2024 foi de muito trabalho para a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público. Demandas de diversos setores da sociedade civil organizada deixaram os parlamentares do colegiado bastante atarefados. Sob a presidência da deputada Olívia Santana (PCdoB), a comissão realizou 13 reuniões ordinárias e 11 audiências públicas no ano.

Durante as reuniões, era comum a visita de representantes de diversas categorias, como professores, servidores públicos estaduais, candidatos aprovados em concursos e não convocados, agentes comunitários de saúde e policiais civis.

Os integrantes também realizaram visitas técnicas e fizeram reuniões externas com secretários estaduais, principalmente da pasta da Educação. Na pauta, temas como piso salarial, convocação de concursados e currículo escolar.

PRECATÓRIOS DO FUNDEF

Um dos temas predominantes nas reuniões ordinárias da comissão foi o pagamento dos precatórios do Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental (Fundef). A categoria de professores divergia do governo do estado e reivindicava o pagamento do valor devidamente corrigido, com a inclusão dos juros e mora, como havia sido reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O colegiado serviu como agente intermediador das negociações.



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

PORTARIA 190: QUALIDADE E AUTONOMIA ESCOLAR

4 de abril de 2024

PROPOSTA: Hilton Coelho (Psol)

O evento buscou discutir a medida implantada pelo governo do estado da Bahia para tentar melhorar a qualidade do ensino baiano e combater a evasão escolar. Representantes da categoria educacional apontaram uma distância entre a Secretaria da Educação e a comunidade escolar na construção da Portaria nº 190/2024, que prevê o sistema de progressão continuada na educação, através da aprovação em massa dos alunos. A audiência pública buscou dar espaço para análise do ato administrativo e da política educacional desenvolvida pelo governo do estado para as comunidades.



LITERATURA PERIFÉRICA – 12.04

A audiência pública abordou os desafios da literatura periférica no campo das políticas públicas. Inserida no I Encontro Nacional da Periferia Brasileira de Letras, o evento contou com poetas e artistas locais, representantes de coletivos culturais da Bahia, do Ministério da Cultura, do Ministério da Igualdade Racial e da Academia Brasileira de Letras.

O encontro proporcionou a discussão de propostas que possam valorizar e estimular a literatura periférica em território baiano e demais regiões do Brasil. Com público formado por estudantes e representantes de coletivos literários oriundos de diversos estados brasileiros, a primeira edição destacou a importância de se promover as práticas de cultura e arte nas periferias.



BAHIA FILMES – 23.10

A Bahia Filmes é uma iniciativa que visa fomentar a produção audiovisual no estado da Bahia, promovendo a cultura local e incentivando a economia criativa. A audiência pública discutiu o Marco Legal da Bahia Filmes, através do PL nº 25.532/2024, que estabelece diretrizes para o funcionamento e financiamento da empresa. Participaram representantes do audiovisual baiano e de outros segmentos.

CULTURA LGBTQIAPN+ NA BAHIA - 16.05

A audiência pública “Valorização da Cultura e do Esporte LGBTQIAPN+ na Bahia” ocorreu em alusão ao Dia Internacional de Luta e Combate à LGBTQIAPN+fobia. O encontro promoveu o debate sobre inserção, valorização e promoção de políticas públicas para artistas e atletas desse perfil social. Estiveram presentes diversos representantes da sociedade civil e organizações não governamentais, além de autoridades públicas.



EDUCAÇÃO ESPECIAL – 27.03

A audiência pública discutiu soluções e estratégias para reverter os efeitos da suspensão dos convênios das secretarias municipal e estadual com associações que prestam serviços multifuncionais para pessoas com deficiências. O evento contou com a participação de representantes dessas associações, do Ministério Público da Bahia, da Secretaria da Educação do Estado da Bahia e do Conselho Municipal de Educação. A suspensão dos convênios impacta diretamente na prestação de serviços essenciais para pessoas com algum tipo de deficiência.



COMISSÃO ESPECIAL DE DESPORTO, PARADESPORTO E LAZER



A Comissão Especial de Desporto, Paradesporto e Lazer foi reinstalada no dia 17 de maio de 2023, após três anos de inatividade. Um dos principais motivos para o retorno foi a necessidade de debater o esporte como uma ferramenta de transformação social. Sob a presidência do deputado Bobô (PCdoB), a comissão realizou quatro audiências públicas em 2024.

O colegiado aborda o esporte em toda sua amplitude, nos âmbitos amador, profissional e olímpico ou como atividade escolar ou de lazer. Os parlamentares têm o compromisso de promover a prática esportiva como instrumento de inclusão, fortalecendo questões de gênero, de raça e de pessoas com deficiência.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PARA AS MULHERES

A audiência discutiu a necessidade de elaboração de políticas públicas que promovam a diversidade, incluindo a de gênero. As mulheres sempre demonstraram força nas competições esportivas, mas nem sempre recebem os investimentos necessários para a promoção do seu desenvolvimento. Isso se agrava ainda mais quando o cenário não envolve as atletas de competição ou quando as atividades são voltadas para o lazer. Representantes dos poderes públicos, de federações esportivas e atletas contribuíram para o debate e fizeram sugestões para que as mulheres tenham mais oportunidades na área esportiva.



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

POLÍTICAS DE INCENTIVO À PRÁTICA ESPORTIVA NAS PRAIAS DA BAHIA

8 de maio de 2024

PROPOSTA: Bobô (PCdoB)

O potencial oferecido pelo extenso litoral baiano para a prática esportiva em suas diversas modalidades não se converte em ações efetivas que promovam uma dinâmica no setor. Esse foi o teor da audiência pública que reuniu atletas, dirigentes de federações desportivas e representantes de órgãos públicos.

As dificuldades apontadas no encontro vão desde a precariedade na infraestrutura das praias à escassez de políticas públicas que estimulem a atividade esportiva, passando pela falta de segurança e pelo alto custo para organização de eventos.

Os participantes destacaram que as atividades esportivas poderiam contribuir de forma considerável para o desenvolvimento econômico do estado, principalmente da capital baiana, se as praias não fossem vistas apenas como elemento turístico. Entre as modalidades esportivas que podem atuar na praia estão o *beach tennis*, *beach soccer*, futevôlei, remo, surfe, triathlon, natação aberta, frescobol, *kitesurf* e o *windsurf*.



A IMPORTÂNCIA DO TIRO ESPORTIVO NA BAHIA – 05.06

Os participantes abordaram questões jurídicas e administrativas sobre a prática do tiro esportivo na Bahia. Houve questionamentos sobre a legislação que impõe restrições a essa prática, como o transporte da arma ao local do treino sem munição, proibição de instalação de clubes de tiro a menos de um quilômetro de escolas e a limitação dos modelos de armas permitidas para os praticantes.



COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE



A Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle tem uma função importante no Poder Legislativo. De acordo com o Regimento Interno da Casa, o colegiado tem a competência de fiscalizar as atividades da administração pública, podendo opinar sobre assuntos tributários e orçamentários, abertura de crédito, tomada de empréstimo e as contas do Poder Executivo.

Para o acompanhamento da execução das metas fiscais previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA), a comissão organiza audiências públicas com a presença do secretário da Fazenda. São três encontros anuais, abrangendo os três quadrimestres, em que o secretário da Fazenda apresenta o balanço orçamentário das receitas, que incluem valores originados pela arrecadação de tributos, transferências do governo federal, financiamentos, linhas de crédito etc.

É possível conhecer nas audiências públicas o balanço das despesas executadas no período correspondente, geralmente com com-



parativos aos períodos anteriores. No detalhamento das despesas, constam valores referentes a investimentos, folha de pessoal, encargos sociais, dívida pública, restos a pagar, entre outros.

Durante a apresentação do secretário da Fazenda, os parlamentares participantes da audiência pública, sejam eles integrantes ou não da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, podem fazer questionamentos pertinentes ao tema, pedir esclarecimentos sobre os dados apresentados, apresentar sugestões para a melhoria das contas do governo etc.

É comum o debate envolver assuntos referentes aos cenários macroeconômicos, tanto os nacionais quanto os internacionais. Também são feitos comparativos em relação ao desempenho econômico de outras unidades da federação.

A audiência pública para apresentação das metas fiscais faz parte do processo de transparência da administração pública e está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A visita do secretário da Fazenda acontece de forma regular durante o exercício financeiro.



PLANSERV

Um assunto recorrente nas audiências públicas com o secretário da Fazenda é o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, o Planserv. Nos últimos encontros, foram abordadas várias questões referentes ao plano, como a suplementação orçamentária constante ao final do exercício para o fechamento das contas, a possibilidade de aumento da coparticipação do servidor, os eventuais impactos decorrentes da expansão da rede credenciada, priorização do Sistema Único de Saúde (SUS), planejamento das receitas e despesas na área da saúde, entre outras coisas.

Os relatórios das audiências públicas estão disponíveis no site da ALBA (www.alba.ba.gov.br).

PREVIDÊNCIA

O déficit previdenciário tem sido uma preocupação constante do governo do estado, expressada durante as audiências públicas pelo atual secretário da Fazenda, Manoel Vitório, que defende, além da administração financeira da dívida, a necessidade de uma gestão política envolvendo todos os poderes públicos para tratar da natureza do déficit, que cresce de forma exponencial. O objetivo seria garantir o benefício da Previdência para as futuras gerações.





COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO



A Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo buscou manter o mesmo ritmo de trabalho do ano anterior, mesmo com os percalços de um ano eleitoral. Sob a presidência do deputado Eduardo Salles (PP), o colegiado realizou dez reuniões ordinárias e sete audiências públicas, que tiveram como foco principal a qualidade do fornecimento de energia elétrica no estado e seu impacto nos diversos segmentos econômicos e sociais.

Também foram abordados assuntos ligados à mobilidade urbana da capital baiana e ao setor petroquímico, em especial as unidades que pertenciam a Petrobras no estado.

LUZ PARA TODOS: A COELBA E A ELETRIFICAÇÃO RURAL NA BAHIA

O foco da audiência pública realizada no dia 18 de junho foi a busca pela eficiência na oferta de energia elétrica nas áreas rurais, promovendo a universalização do recurso através do Programa Luz para Todos.

Os participantes analisaram a execução do programa e os recursos investidos pelo governo federal, para uma melhoria dos aspectos produtivos, bem como das habitações da zona rural.

Como encaminhamentos, sugestão da intensificação da atuação do comitê gestor e um protocolo de intenções para levar o sistema trifásico à zona rural da Bahia.



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

FAFEN E RLAM

No dia 2 de dezembro, foi debatido o impacto do fim das atividades da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen), em Camaçari, que poderia afetar a produção de alimentos no país. Os participantes defenderam a retomada da fábrica pela Petrobras, assim como da Refinaria Landulpho Alves (RLAM).



VLT DO SUBÚRBIO – MOBILIDADE URBANA EM SALVADOR

17 de julho de 2024

PROPOSTA: Robinson Almeida (PT)

O veículo leve sobre trilhos (VLT), modal de transporte a ser instalado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, em substituição aos trens extintos em 2021, tem a promessa de trazer grandes benefícios para a população dos 22 bairros que abrangem a área. Assim, a audiência pública buscou ampliar a visão sobre o modal, contemplando setores da sociedade que, direta ou indiretamente, se relacionem com a obra.

A audiência pública foi realizada para que fossem apresentados detalhes do cronograma do projeto e dos benefícios que o VLT trará para Salvador, sobretudo para a população negra da cidade, considerada pelos expositores como a maior beneficiária.

Entre as promessas, está a de que sejam entregues até seis trens, até o final de 2025. Entre as propostas apresentadas, destacam-se a utilização prioritária de mão de obra local, tarifa social para os moradores do Subúrbio e adaptação dos trens para o transporte de mariscos.





COMISSÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO



A Comissão de Saúde e Saneamento é uma das comissões temáticas mais importantes, ante a relevância do assunto para toda a sociedade. O colegiado costuma atuar tanto de maneira informativa e didática – através do esclarecimento e orientações sobre doenças e cuidados com a saúde – quanto na monitoração do atendimento aos pacientes da rede pública, passando pelas questões legais, técnicas, econômicas e sociais da área.

Sob a presidência do deputado Alex da Piatã (PSD), a comissão realizou seis reuniões ordinárias e oito audiências públicas, que exploraram temas como qualidade no atendimento do SUS; Dia Nacional da Segurança do Paciente; garantia dos direitos da pessoa com transtorno mental; importância da implantação da Casa de Apoio Estadual para Pacientes Renais; garantia dos direitos das pessoas com fibromialgia; importância do código de vigilância em saúde; desafios enfrentados para o deslocamento intermunicipal de pacientes, dentre outros.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

VISITA TÉCNICA

No dia 12 de março, a Comissão de Saúde e Saneamento realizou uma visita pública ao Hospital Ortopédico do Estado da Bahia. Participaram os integrantes Eduardo Alencar, José de Arimateia, Hassan, Jordavio Ramos, Luciano Araújo e Ricardo Rodrigues, além dos deputados Bobô e Rogério Andrade.

Na visita, os parlamentares puderam conhecer as instalações do hospital, onde foram recebidos pelo diretor, Roger Monteiro, e pela secretária estadual da Saúde, Roberta Santana. A inauguração da unidade hospitalar ocorreu no dia 4 de março, com a presença da ministra da Saúde, Nísia Trindade.



DIA MUNDIAL DO SONO

26 de março de 2024

PROPOSTA: José de Arimateia (Republicanos)

A Comissão de Saúde e Saneamento realizou uma audiência pública em alusão ao Dia Mundial do Sono, celebrado no mês de março, sem uma data específica. O evento teve como objetivo mostrar a importância de se dormir bem.

Os especialistas presentes explicaram as diversas fases do sono e seu impacto na saúde humana. Na oportunidade, foi sugerida a indicação ao governo do estado para ampliação da oferta do exame de polissonografia para o público infantil na rede estadual de saúde.

GALERIA DE FOTOS







SECRETARIA-GERAL
DAS COMISSÕES

